

AO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

SETOR DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO nº 34/2021

**MATRIX – SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA**, com sede na Rua Júlio de Castilhos, 1772, Bairro Goiás, em Santa Cruz do Sul - RS, CEP nº 96.810-246, CNPJ nº 09.316.305/0001-81, vem, perante Vossas Senhorias, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL / DIREITO DE PETIÇÃO** aos termos do Edital de licitação acima referido, tendo em vista as ilegalidades constantes do instrumento convocatório:

O órgão licitante efetuou a abertura de licitação para a contratação de empresas para prestação de serviços de vigilância privada, bem como vigilância eletrônica monitorada, monitoramento de alarmes, contudo, apresentou critérios de habilitação que impedem sua execução, pela ilegalidade das exigências.

Desse modo, não pode prosperar o Edital conforme publicado, devendo ser corrigido mediante nova publicação, com o objetivo de alterar as ilegalidades existentes, conforme iremos expor.

## **1. DA ILEGALIDADE NA CUMULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E VIGILÂNCIA ELETRÔNICA**

Conforme se verifica do Edital, estão sendo licitados conjuntamente os serviços de vigilância privada juntamente com serviços relacionados a sistemas eletrônicos de segurança, com instalação, manutenção e monitoramento.

**O que ocorre é que as empresas de segurança eletrônica, ou seja, monitoramento e alarmes, não são empresas de vigilância, não são regulamentadas pela Polícia Federal e pela Lei n. 7.102/83 e não podem, portanto, portar alvará de funcionamento da Polícia Federal.**

Do mesmo modo, as empresas de vigilância, em contrapartida, não podem executar serviços de segurança eletrônica, como instalação e monitoramento de sistemas de alarme e CFTV, não possuindo, geralmente, registro no CREA.

Nesse sentido prevê a Lei n. 7.102/83, de que as empresas de segurança privada são apenas as que efetuam vigilância patrimonial e transporte de valores:

Art. 10. São considerados como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de: (Redação dada pela Lei nº 8.863, de 1994)

I - proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas; (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

II - realizar o transporte de valores ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga.

Desse modo, Vossas Senhorias, as empresas que prestam serviços de instalação e monitoramento de alarmes e CFTV, não são regulamentadas pela Polícia Federal e pela Lei n. 7.102/83, pois os serviços de segurança eletrônica não se enquadram no conceito de segurança privada previsto acima.

Os efeitos daí decorrentes são de que a empresa prestadora de serviços de alarme e monitoramento não podem prestar serviços de vigilância e, conseqüentemente, não possuem alvará de funcionamento da POLÍCIA FEDERAL.

Assim como a empresa de vigilância privada de fato, não pode prestar serviços de instalação e monitoramento de alarmes, por expressa vedação na regulamentação da Polícia Federal. Pois assim dispõe a Portaria n. 3233/DPF:

Art. 4º O exercício da atividade de vigilância patrimonial, cuja propriedade e administração são vedadas a estrangeiros, dependerá de autorização prévia do DPF, por meio de ato do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, publicado no Diário Oficial da União - DOU, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

§ 2º O objeto social da empresa deverá estar relacionado, somente, às atividades de segurança privada que esteja autorizada a exercer.

Conforme se verifica do acima disposto, as empresas de vigilância privada somente podem exercer e ter em seu objeto social as atividades de segurança privada na lei delineadas e para as quais estão autorizadas pelo Ministério da Justiça, não podendo, portanto, executar o serviço de instalação de alarmes e monitoramento.

Assim, não é possível a execução dos serviços de instalação e monitoramento de alarmes por empresas de vigilância, assim como não é possível a contratação de vigilantes por empresas de segurança eletrônica e, desse modo, não é possível o cumprimento dos requisitos de habilitação.

Além disso, com referência a ambos os itens, foram solicitados atestados de capacidade técnica de grande porte e, nesse diapasão, indubitavelmente, em razão das limitações mencionadas, não se vislumbra a possibilidade de qualquer concorrência no certame.

Acerca dos princípios aplicáveis às licitações públicas pertinente trazer à baila o que prescreve a Lei nº 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Dentre os princípios que devem ser seguidos nas licitações, está o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, resultante dos objetivos de economicidade, o que resta absolutamente descumprido em razão dos critérios excessivamente restritivos da presente licitação.

Nesse sentido, por impor o Edital uma cumulação de itens incompatíveis entre si, que limitarão a competição a uma ou duas empresas (se houver) notoriamente se está a ferir os princípios atinentes às licitações públicas, posto que sem competição não haverá certamente a seleção da proposta mais vantajosa.

Assim, o ideal seria de que os serviços de vigilância privada e os de engenharia, relacionados à instalação e monitoramento de sistemas de segurança eletrônica, fossem licitados em lotes diversos, permitindo maior concorrência e consequentemente a obtenção de propostas mais vantajosas à Administração Pública, eis que a cumulação é irregular e resultará em excessiva restrição à competitividade.

Ante ao exposto, o Edital deve ser alterado para dividir em lotes separados os serviços de VIGILÂNCIA PRIVADA e os de SEGURANÇA ELETRÔNICA, permitindo a contratação por empresas diversas.

## 2. DOS REQUERIMENTOS

Assim, com fundamento na Constituição Federal e na Lei n.º 8.666/93, requer seja recebida a presente impugnação, em face das ilegalidades e inconsistências apontadas, seja o

**EPAVI** - Empresa Portoalegrense de Vigilância Ltda. | **EPAVI SIS** - Sistemas Informatizados de Segurança Ltda.  
**UNISERV** - União de Serviços Ltda. | **EPAVI** - Segurança Ltda. | **EPAVI SAS** - Serviços Auxiliares de Segurança Ltda.  
**MATRIX** - Serviços de Vigilância Ltda. | **EPAVI** - Escola de Vigilantes Ltda.



presente certame licitatório suspenso até que esta Administração reveja as cláusulas objeto da presente impugnação, reformando-as nos seguintes termos:

1. Para alterar o Edital, dividindo os serviços em dois lotes, licitando em lotes separados os serviços de VIGILÂNCIA PRIVADA e os de SEGURANÇA ELETRÔNICA, permitindo a contratação por empresas diversas.

Ante ao exposto, requeremos à Administração que se dê a resolução das irregularidades apontadas, com as quais não poderá prosseguir a presente licitação.

Termos em que espera deferimento.

Santa Cruz do Sul/RS, 26 de Novembro de 2021.



## TRASLADO

Folha única

## 6º TABELIONATO DE NOTAS

Ficha: P78682 - Nº 057/203.360 - ESCRITURA PÚBLICA DE PROCURAÇÃO que faz, **MATRIX - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA**, como abaixo se declara. SAIBAM os que virem esta pública escritura de procuração, que no ano de dois mil e vinte e um (2021), aos vinte e um (21) dias do mês de janeiro, nesta cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, Eu, **Alberto Carvalho, Tabelião**, deste Sexto Tabelionato, sito na avenida Cristóvão Colombo, 2214 por intermédio do escrevente autorizado, **Renato da Silva Rezende Sobrinho**, compareci, nesta capital, na Avenida Amazonas, 1193, a pedido do representante da outorgante, **MATRIX - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.316.305/0001-81, estabelecida na Rua Júlio de Castilhos nº 1772, bairro Goiás, na cidade de Santa Cruz do Sul/RS, conforme Contrato Social registro sob o nº 207708126, em data de 15/12/2020 na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul, arquivado nestas Notas, no Registro de Procurações sob nº 31428, Livro nº 425, folhas nºs 172/184, em data de 21/01/2021, neste ato representada por seu sócio administrador **WAGNER LUCIANO DOS SANTOS MACHADO**, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01606691230, expedida pelo DETRAN/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 580.257.070-91, residente e domiciliado nesta Capital. O presente juridicamente capaz, identificada, conforme documentos apresentados, como a própria, bem como pelo Tabelião que de tudo dá fé. Disse o representante da outorgante que nomeava e constituía seus bastante procuradores, para agirem em conjunto ou separadamente, **RENAN SILVA PIRES**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 1086290291, expedida pela SJS/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 011.687.810-00, residente e domiciliado na Avenida Túlio de Rose, nº 260, bloco C, apartamento 1004, Passo da Areia, nesta Capital; **MARIA APARECIDA MONTICELLI**, brasileira, solteira, maior, gerente comercial, portadora da Carteira de Identidade nº 1037211909, expedida pela SSP/RS, inscrita no CPF/MF sob nº 479.073.980-53, residente e domiciliada na Rua Jackson de Figueiredo, nº 795, bairro Sarandi, nesta Capital; e, **FRANCISCO CARLOS APPRATTO GOMES**, brasileiro, casado, gerente comercial, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01625051166, expedida pelo DETRAN/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 387.350.080-91, residente e domiciliado na Rua Coronel Corte Real, nº 913, apartamento 402, bairro Petrópolis, nesta Capital; com poderes específicos para representar a outorgante junto a quaisquer repartições públicas federais, estaduais e/ou municipais e Ministério do Trabalho, podendo para isto, firmar contratos, termos de aditivos, representá-la em licitações públicas e privadas, assinar toda a documentação exigida, inclusive junto às licitantes, impugnar propostas, interpor recursos, credenciamentos e outras decisões que venham a ser solicitadas, tomar qualquer decisão relativa à todas as fases dos pregões, inclusive formular verbalmente novas propostas de preços, manifestar a intenção de renunciar ou de recorrer contra atos do pregoeiro, assinar atas e outros documentos solicitados, enfim

*Renato da Silva Rezende Sobrinho*  
Escrevente Autorizado



praticar todo e qualquer ato necessário para o cabal desempenho deste mandato, não podendo substabelecer. A presente procuração terá validade por três (3) anos, a contar desta data. Declara ainda, o representante da ora Outorgante, sob responsabilidade civil e penal, que inexistiu alteração contratual posterior à mencionada, e nem distrato social até a presente data, e que não é ou foi Pessoa Exposta Politicamente (PEP), ou seja, agente público que ocupa ou tenha ocupado, nos últimos 05 anos, no Brasil e no exterior, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, nos termos da Resolução COAF de nº 29/2017. Os nomes e dados dos procuradores e os elementos relativos ao objeto do presente instrumento foram fornecidos e confirmados pelo representante da outorgante, que por eles se responsabiliza, reservando-se o Ofício o direito de não corrigir erros daí advindos. Os nomes e dados dos procuradores e os elementos relativos ao objeto do presente instrumento foram fornecidos e confirmados pela outorgante, que por eles se responsabiliza, reservando-se o Ofício o direito de não corrigir erros daí advindos. Declara ainda, o representante da ora Outorgante, sob responsabilidade civil e penal, que inexistiu alteração contratual posterior à mencionada, e nem distrato social até a presente data, e que não é ou foi Pessoa Exposta Politicamente (PEP), ou seja, agente público que ocupa ou tenha ocupado, nos últimos 05 anos, no Brasil e no exterior, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, nos termos da Resolução COAF de nº 29/2017. Assim o disse e me pediu que lavrasse esta escritura para firmeza, validade e prova do que foi dito e ajustado, a qual sendo-lhe lida, achou conforme, aceitou, ratificou e assina. Eu, Renato da Silva Rezende Sobrinho, Escrevente Autorizado, a digitei, Alberto Carvalho, Tabelião subscreve, assinando-a. CERTIFICO que o ato está assinado pela(s) parte(s) outorgante(s) e pelo servidor na forma acima mencionada. NADA MAIS CONSTAVA. Traslada nesta data, confere em tudo com original, ao qual me reporto e dou fé. Porto Alegre - RS, 21 de janeiro de 2021.

Em testemunho da verdade.

*Renato da Silva Rezende Sobrinho*  
Escrevente Autorizado

*Renato da Silva Rezende Sobrinho*  
Escrevente Autorizado

EMOLUMENTOS: Reg.procc., aut.jud., e Outros Docs. de Repres.legais (13 Pág.) = R\$68,90 (0459.04.1700008.62853 (R\$3,30)); Processo Eletrônico = R\$5,30 (0459.01.2000005.65881 = R\$1,40); Procuração Outros Poderes = R\$78,50 (0459.04.1700008.62854 = R\$3,30); Diligência = R\$39,50 (0459.04.1700008.62855 = R\$3,30).



A consulta estará disponível em até 24h no site do Tribunal de Justiça do RS <http://go.tjrs-jus/selodigital/consulta> Chave de Autenticidade para consulta

102400 51 2021 0001383443

**6º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE-RS**  
Av. Cristóvão Colombo, n.º 2214 - Cep 90560-002 - Fone (51) 3343.5054  
[www.6tabelionato.com.br](http://www.6tabelionato.com.br)  
ALBERTO CARVALHO - TABELIÃO

**<< A U T E N T I C A Ç Ã O >>**  
Autentico a presente cópia, verso e anverso, que confere com o documento original. Dou fé.  
Porto Alegre-RS, 27 de janeiro de 2021.  
R\$10,80 - SELO: 0459.01.2000005.72805/72806 (R\$2,80)  
Maria Helena de Magalhães Substituta